

CUT



FUP

# JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1337 | de 06 a 26/10/2014

➔ ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

## DOIS PROJETOS OPOSTOS EM DISPUTA



**PETROBRÁS  
ESTATAL**

**PRÉ-SAL**  
500 MIL BARRIS/DIA

ROYALTIES DO PETRÓLEO:  
75% NA EDUCAÇÃO  
E 25% NA SAÚDE

**PetroBrax**  
**PRIVATIZAÇÃO**

**NEOLIBERALISMO**

**ESTADO  
MÍNIMO**



[WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR](http://WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR)



# Confronto de biografias...

O que faziam Dilma e Aécio na juventude? Conheça as diferenças radicais de trajetórias entre os presidenciáveis e também entre a maneira como eles reivindicam as suas biografias

Katarina Peixoto, Carta Maior

Dos 17 aos 21 anos, Aécio Neves vivia no Rio com a família. Seu pai chegou a ser deputado federal da Arena, partido sustentáculo da ditadura. Segundo o site da Câmara dos Deputados, neste período, ele teve um cargo de secretário de gabinete parlamentar na Câmara Federal, localizada em Brasília, embora morasse no Rio.

Durante esses anos, conforme relatos publicados na imprensa brasileira, Aécio foi um "menino do Rio", que gostava de surfar, de festas e estudava em escolas de elite. Entre 1977 e 1981, período em que o Brasil vivia sob ditadura civil-militar, o jovem de família ligada à Arena,

partido de sustentação da ditadura, gozou a vida enquanto o Brasil vivia sob o tacão de um regime ilegítimo.

Como todo regime autoritário, a ditadura brasileira tinha na oligarquia do país o seu sustentáculo da manutenção do poder via a censura e controle da imprensa (que só podia existir como cúmplice) e a força bruta: a tortura, a perseguição e o desaparecimento de dissidentes.

Dos 17 aos 21 anos, Dilma Rousseff resistia à ditadura civil-militar. Segundo ela mesma e os documentos da época, engajou-se na resistência armada que reagiu ao \*Ato Institucional n. 5 e

foi, entre os 18 e 21 anos, barbaramente torturada, pelo governo que tinha, entre outros sustentáculos, a família do candidato Aécio.

Entre 1977 e 1981, Dilma Rousseff morava em Porto Alegre. Estudou, casou, teve uma filha, reerguendo a própria vida e tomando parte na resistência democrática e na luta pela reabertura do país, pelas eleições diretas, pela anistia, pelo fim da ditadura, pela democracia.

A trajetória de Dilma não começou em Porto Alegre, assim como a de Aécio não começou no gabinete de Sarney, onde esteve, por ser neto de Tancredo Neves.

Não é correto, a não ser que se defenda, como o can-



didato Aécio defende, a redução da maioria penal, atribuir responsabilidade penal a adolescentes.

Mas é correto, quando se tem compromisso com a democracia, levar a memória, a história e as responsabilidades a sério. A origem social de ninguém, numa democracia, deve ser destino, e menos ainda garantia. Por isso, é inegável reconhecer

esta diferença tão radical de trajetórias dos candidatos e da maneira como eles reivindicam as suas biografias; uma candidatura é representante da democracia e da luta histórica pela democracia; outra, da oligarquia e da luta histórica contra a democracia. Em nome dessa luta e de sua legitimidade histórica, é preciso que Aécio seja derrotado pela democracia.

\*AI-5: suprimiu direitos políticos dos cidadãos; permitia ao ditador cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; impunha censura prévia à imprensa, entre outras medidas austeras.

## ...e de resultados!





➔ **COMPARAÇÃO**

# A Petrobrás nos governos do PSDB e PT

Histórico da empresa é retrato fiel do que está em jogo nessas eleições. Projetos bastante distintos estão em disputa. Vamos comparar?

Quem já trabalhava na Petrobrás na década de 90 lembra muito bem, mas quem entrou depois de 2002 pode não conhecer bem como foi aquele período neoliberal para os petroleiros e para a classe trabalhadora em geral. Arrocho salarial, desemprego avassalador, altíssimas taxas de juros e privatizações atrás de privatizações. Uma cena bastante emblemática que traduz bem o que significou os oito anos de PSDB no poder foi o concurso para garis do Rio de Janeiro em 1999, que atraiu 17 mil candidatas, causou filas de dobrar quarteirões e oferecia o salário de R\$ 278,00.

Ao final do período neoliberal comandado por Fernando Henrique Cardoso, importantes empresas estatais foram vendidas à iniciativa privada. Todo o Sistema Telebrás, a Vale do Rio Doce e muitas outras empresas públicas nos estados foram privatizadas. A Petrobrás escapou por pouco e pela luta dos petroleiros, mas não sem ficar com profundas cicatrizes.

A estatal petrolífera estava no rol de empresas a serem entregues pelo PSDB. Para se contrapor à política de privatização e ataques aos trabalhadores, as categorias do setor público decidiram realizar uma greve unificada. No dia 03 de maio de 1995, os petroleiros aderiram em massa ao movimento, somando-se aos eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e servidores

federais. Além da recuperação das perdas salariais e da preservação de direitos, os trabalhadores lutavam contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações.

O movimento unificado, no entanto, foi perdendo força e os petroleiros acabaram sustentando a greve sozinhos por 32 dias. Mais de 90% da categoria cruzaram os braços nas refinarias, nas plataformas, nos terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobrás. Os trabalhadores se revezavam para garantir o abastecimento básico da população e preservar os equipamentos. Mas a imprensa fazia terrorismo, acusando os petroleiros pela falta de derivados de petróleo e, principalmente, do gás de cozinha.

Apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, que exigia o cumprimento de acordos pactuados em 1994 (c/pres. Itamar Franco), o Tribunal Superior do Trabalho julgou

a greve abusiva em seu sétimo dia. Os petroleiros não se intimidaram. Nem mesmo quando a direção da Petrobrás anunciou em 11 de maio a primeira lista de demitidos. Antônio Carlos Spis, coordenador da FUP, liderava a relação de 25 nomes que a empresa comunicou à mídia. A repressão do governo FHC estava apenas começando. No dia 24, o Exército ocupou as refinarias no Paraná (REPAR), Paulínia (REPLAN), Mauá (RECAP) e São José dos Campos (REVAP). No dia seguinte, os petroleiros receberam seus contracheques zerados.

A categoria continuava impassível. Resistência era a

palavra de ordem entre os trabalhadores. Quanto mais o governo endurecia, mais os petroleiros resistiam. O movimento ganhou o apoio de centenas de sindicatos, estudantes, parlamentares, movimentos sociais do Brasil e do exterior. No 23º dia da greve (26 de maio), o TST julgou mais

uma vez a paralisação abusiva e impôs multas à FUP e aos sindicatos: R\$ 100 mil por cada dia não trabalhado!

No dia 31 de maio, a CUT promoveu o Dia Nacional de Solidariedade à greve dos trabalhadores da Petrobrás. Somos todos petroleiros, bradavam as demais categorias em passeatas pelo país afora. No dia seguinte, uma frente parlamentar foi formada por representantes de vários partidos, com o compromisso de intermediar a reabertura das negociações com a empresa. Só assim, a direção da Petrobrás aceitou voltar à mesa de negociação e comprometeu-se a cancelar as punições e a parcelar o desconto dos dias parados. A FUP indicou a suspensão da greve no dia 02 de junho, o que foi aprovado pela categoria em todo o país, com exceção dos 300 trabalhadores que ocupavam a RPBC, em Cubatão. Eles só deixaram a refinaria no dia seguinte (3 de junho).

Mesmo com o fim da greve, os sindicatos e a FUP tiveram

suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades dos associados retido e os bens penhorados. Cada um dos 20 sindicatos que participaram do movimento recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Ao todo, 73 trabalhadores foram demitidos, entre eles vários dirigentes sindicais (a anistia só veio com o Governo Lula). Mais de mil petroleiros foram punidos, a maioria com suspensões de até 29 dias. Para manter-se na luta, alguns sindicatos foram obrigados a atuar quase que em clandestinidade. T tamanha repressão sofrida pelos trabalhadores e pela organização sindical só havia ocorrido no Brasil durante a ditadura militar.

Apesar de toda a resistência, o PSDB fez seus estragos na companhia. Entre 1995 e 2002, os tucanos quebraram o monopólio estatal do petróleo, entregaram 35% das ações da Petrobrás ao mercado e à Bolsa de Nova Iorque, sucatearam, fragmentaram e chegaram a privatizar parcialmente a empresa, que teve, inclusive, o nome alterado para Petrobrax (a um custo de R\$ 50 milhões). Além disso, os tucanos afundaram a P-36, demitiram e puniram centenas de petroleiros, arrocharam o salário da categoria, tentaram acabar com a livre negociação coletiva, reduziram à metade os efetivos e cortaram diversos direitos dos trabalhadores.

A situação de sucateamento da Petrobrás e de precarização dos direitos só começou a ser contornada a partir de 2003, quando a empresa começou a ser fortalecida, voltou a crescer, houve a descoberta do pré-sal e é hoje a empresa que mais investe no Brasil. Se antes as plataformas e navios eram comprados no exterior, hoje temos um programa de nacionalização de encomendas que gera empregos e renda no país.



## COMPARATIVO DA SITUAÇÃO DA CATEGORIA NOS GOVERNOS

PSDB	PT
Fim do Adicional por Tempo de Serviço - ATS	Retorno do Adicional por Tempo de Serviço - ATS
Fim da Progressão de Nível por Antiguidade	Progressão de Nível por Antiguidade no ACT
Acabou com a dobradinha de turno <small>(horas extras nos feriados)</small>	Retomada gradual das dobradinhas de turno
PDV sem aposentadoria	Recomposição do efetivo próprio <small>(de 34 mil p/ 62 mil funcionários)</small>
Redução drástica do efetivo próprio <small>(de 51 mil p/ 34 mil funcionários)</small>	Implantação de novo Plano de Cargos (PCAC)
Graves acidentes ambientais <small>(vazamento Iguazu e Baía de Guanabara)</small>	Implantação do Benefício Farmácia
Arrocho salarial	Implantação e Regramento da PLR
Sucateamento <small>(falta de manutenção das unidades)</small>	Horas extras de 100% para o H.A
Petros Vida <small>(tentativa de implantar plano de contribuição definida)</small>	Repactuação - Solução p/ o Plano Petros
Afundamento da Plataforma P-36	Abertura do Plano Petros 2 <small>(fim da discriminação dos novos funcionários)</small>
Tentativa de Privatização	Hora extra na troca de turno
Redução do adicional de férias p/ os pós-97	100% de adicional de gratificação de férias pós-97
Terceirização desenfreada	Ganhos reais salariais consecutivos
ACT diferenciado e reduzido na Transpetro	Equiparação do ACT Petrobrás/Transpetro/TBG

### Petrobrás ou Petrobrax?

A Petrobrás é de novo o centro do debate neste segundo turno das eleições presidenciais. Muita coisa está em jogo, inclusive conquistas e direitos da classe trabalhadora. Estamos diante de dois projetos políticos opostos, que colocam em xeque os rumos do país e da Petrobrás. Por isso, é fundamental que os petroleiros, principalmente aqueles que não estavam no mercado de trabalho nos anos 90, confrontem esses dois projetos e se posicionem. Que Petrobrás você irá escolher nesta eleição? A que é a operadora única do pré-sal ou a Petrobrax? Privatização ou empresa estatal indutora do desenvolvimento nacional?



# O que há por trás do homem bomba da Petrobras?

Envolvido nos escândalos de propinas na Petrobrás, Paulo Roberto da Costa foi nomeado por indicação do Partido Progressista (PP) quando a sigla era presidida por primo de Aécio Neves

Apontado como o operador de um esquema de corrupção que envolveria o pagamento de propinas por empresas a partidos políticos da base aliada do Governo, o ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto da Costa aproveitou das regalias da delação premiada e prestou depoimento na Justiça Federal do Paraná.

Treze empreiteiras foram citadas nos depoimentos do ex-diretor da Petrobras e do doleiro Alberto Youssef como participantes do esquema. Entre elas, Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior.

Em nota, a Petrobras reafirmou que é vítima e tem colaborado com as autoridades. O Partido dos Trabalhadores (PT) repudiou com veemência o que chamou de declarações caluniosas de Paulo Roberto e apresentou queixa-crime contra o ex-diretor por difamação. O PMDB e o Partido Progressista (PP) não quiseram se manifestar.

A Mendes Júnior e a OAS não se pronunciaram. As outras construtoras citadas negam ter cometido irregularidades.

## Indicação Política

Costa disse que foi indicado pelo PP (Partido Progressista) para a diretoria de Abas-

tecimento da empresa. Proibido pelo juiz Sérgio Moro de citar nomes de parlamentares ou autoridades que detivessem foro privilegiado, Costa citou apenas o nome de José Janene, ex-deputado, morto em 2010.

No entanto, Costa fez questão de afirmar que só conheceu Janene em 2004. É óbvio que já conhecia outros membros do PP bem antes disso, afinal de contas não se recrutam participantes de esquemas de corrupção através de anúncios.

Um dos principais líderes do PP em 2004 era o senador Francisco Dornelles (RJ), que tornou-se presidente do partido a partir de 2007, ficando até 2103. Segundo o depoimento de Paulo Roberto, foi a partir de 2007 que passou a ter mais obras em refinarias, sua área de atuação, e quando o esquema teria produzido mais movimentação.

O fato do senador Dornelles ter sido o presidente do partido na época da indicação levanta sérias suspeitas. Se ainda é pouco para criminalizá-lo, no mínimo ele foi uma testemunha privilegiada de boa parte do que se passou neste período, nas conversas e reuniões partidárias.

Como senador e homem público, deve seu testemunho à CPI da Petrobras para explicar como foi o processo de aproximação de Paulo Roberto Costa com o

PP, e descrever como se dava a relação do ex-diretor com o partido no período em que foi presidente da sigla.

Mas há problemas políticos no caminho, típicos da disputa eleitoral, para este depoimento acontecer.

## Parentesco

O senador Dornelles é também primo do candidato a presidente da República pelo PSDB, Aécio Neves, para quem faz campanha no Rio de Janeiro, onde é também candidato a vice-governador de Luiz Fernando Pezão (PMDB), a disputar o segundo turno. Aliás, o próprio Dornelles assinou a nomeação do então jovem recém-formado Aécio Neves diretor da Caixa Econômica Federal quando foi Ministro da Fazenda de José Sarney em 1985, o que torna mais conturbado seu necessário testemunho em uma CPI em meio ao processo eleitoral.

Infelizmente, o juiz Sérgio Moro se contentou com a resposta, bem orientado por



advogados da defesa, que incrimina apenas o ex-deputado morto e a citação da sigla partidária, sem perguntar como ocorreu o processo anterior de aproximação de Paulo Roberto com o PP, que desvendaria para o cidadão brasileiro como nascem esses esquemas de corrupção que cooptaram um engenheiro de carreira e concursado.

Em nome da transparência e do interesse público, se a Justiça Federal do Paraná deixou esta lacuna, a CPI precisa preenchê-la. Além da punição criminal de envolvidos, função de CPI é também aprimorar as instituições levando à criação de leis, normas e sistemas que evitem que tais esquemas se repitam. Conhecer a gênese e o funcionamento da engrenagem dos crimes de corrupção é tão importante como punir os responsáveis pelos ilícitos já praticados.

Outro ingrediente explosivo para o ambiente eleitoral é que Paulo Roberto Costa foi diretor da Gaspetro, subsidiária da Petrobras. Segundo seu próprio depoimento, as indicações para diretorias eram políticas desde que ele ingressou na Petrobras, em todos os governos, mas o juiz Moro também não fez perguntas sobre essas nomeações anteriores durante o depoimento. Naquele período, a Gaspetro realizou grandes obras com empreiteiras, como o gasodu-

to Brasil-Bolívia, e havia parcerias para construir termoeletricas a gás. O PP apoiou também o governo de FHC e indicou pessoas para cargos, inclusive o próprio Dornelles foi ministro do Desenvolvimento (1996-1998), e depois do Trabalho (1999-2002).

Outra solução para o cidadão ter conhecimento com transparência de como se deu a aproximação de Paulo Roberto Costa com o PP seria o próprio juiz Sérgio Moro fazer outro depoimento aberto ao conhecimento público com perguntas que tragam respostas a essas lacunas. Senão, o depoimento já tomado, e explorado eleitoralmente, com versões ao gosto de marqueteiros, e de editorialistas com suas visões subjetivas dos fatos e suas preferências políticas, se tornará peça histórica de interferência indevida no processo eleitoral, qualquer que seja o resultado das urnas.

Detalhe importante que ainda será tratado devidamente: já há colonistas, como Paulo Moreira Leite, que diz ter apurado nos meios jurídicos associando a divulgação anormal do depoimento de Costa a uma possível nomeação do juiz Sérgio Moro a ministro do STF, caso Aécio Neves seja eleito.

Com informações da Rede Brasil Atual